

Campus Porto Velho, Zona Norte
Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na
Educação Profissional e Tecnológica - EPT

DIOGO DA ROCHA ARAÚJO

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): UMA
LEITURA SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NOS CENTROS ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

PORTO VELHO
2026

DIOGO DA ROCHA ARAÚJO

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): UMA
LEITURA SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NOS CENTROS ESTADUAIS DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Orientador: Prof. Me. Oséias Lima da Silva.

**PORTO VELHO
2026**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Araújo, Diogo da Rocha.

Desafios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma leitura sobre a evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia / Diogo da Rocha Araújo. - Porto Velho, 2026. 25 f.

Orientador(a): Prof. Me. Oséias Lima da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Permanência estudantil. 2. Políticas educacionais. 3. Qualificação técnica. 4. Ensino técnico. I. Silva, Oséias Lima da (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

DIOGO DA ROCHA ARAÚJO


DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): uma leitura sobre a evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Orientador: Prof. Me. Oséias Lima da Silva.


Aprovado em: 27/03/2026 pela banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ALINE VIEIRA DE MELO SILVA**
Data: 09/04/2026 21:32:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Aline Vieira de Melo Silva
Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 **ANA CLAUDIA DIAS RIBEIRO**
Data: 09/04/2026 21:18:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Dias Ribeiro
Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 **OSEIAS LIMA DA SILVA**
Data: 08/04/2026 21:38:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Me. Oséias Lima da Silva
Orientador

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): UMA LEITURA SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NOS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

RESUMO: A formação técnica de nível médio tem ocupado um relevante papel no desenvolvimento social e econômico ao preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Ainda assim, a saída precoce dos estudantes constitui um desafio recorrente nas instituições públicas, o que motiva este estudo a analisar fatores associados à permanência de discentes nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia e identificar estratégias capazes de minimizar a evasão. O estudo foi conduzido por meio de pesquisa de natureza bibliográfica, de abordagem qualitativa. Foram consultados artigos científicos e publicações disponíveis em bases acadêmicas e sites especializados, selecionados conforme a temática apresentada. A análise evidenciou que as condições socioeconômicas adversas constituem fatores determinantes para a evasão escolar, visto que o público-alvo tem a necessidade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades de aprendizagem e fragilidade no acompanhamento pedagógico estiveram entre os fatores mais recorrentes. Também se observou que políticas de assistência estudantil, orientações acadêmicas e aproximação entre a família e a escola, favoreceram maior comprometimento. Conclui-se que a redução da evasão demanda ações institucionais integradas, contínuas e atentas às condições sociais e educacionais dos estudantes, de modo a fortalecer sua permanência nas escolas e ampliar as oportunidades de aprendizagem e melhorar a qualidade da formação técnica oferecida.

PALAVRAS-CHAVE: permanência estudantil; políticas educacionais; qualificação técnica; ensino técnico.

ABSTRACT: Technical secondary education has played a significant role in social and economic development by preparing students for the job market. However, early student dropout is a recurring challenge in public institutions, motivating this study to analyze factors associated with student retention in Bahia's State Centers for Professional Education and to identify strategies capable of minimizing dropout rates. The study was conducted through bibliographic research with a qualitative approach. Scientific articles and publications available in academic databases and specialized websites were consulted, selected according to the presented theme. The analysis showed that adverse socioeconomic conditions are determining factors for school dropout, since the target audience needs to reconcile work and study; learning difficulties and weak pedagogical support were among the most recurring factors. It was also observed that student assistance policies, academic guidance, and closer ties between family and school fostered greater commitment. It is concluded that reducing dropout rates requires integrated, continuous institutional actions that are attentive to the social and educational conditions of students, in order to strengthen their retention in schools, expand learning opportunities, and improve the quality of technical training offered.

KEYWORDS: student retention; educational policies; technical qualification; technical education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute sobre o processo da educação profissional nos Centros Estaduais de Educação Profissional do Estado da Bahia, bem como estratégias de redução da evasão escolar na modalidade de ensino, considerando fatores institucionais e pedagógicos que impactam na permanência dos estudantes.

A referida temática tem ocupado posições estratégicas no contexto educacional brasileiro ao contribuir de forma direta para a qualificação profissional, favorecendo a inserção no mercado de trabalho, reafirmando a necessidade de políticas educacionais integradas e à consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A evasão escolar é compreendida como um fenômeno complexo e dinâmico que distancia os estudantes da conclusão de seus cursos formativos. Nesse contexto, a construção de uma base de dados mais consistente é essencial para permitir uma análise aprofundada dos fatores que contribuem para a reprovação e a evasão em cursos tecnológicos. Dessa forma, cumpre destacar que a análise abrange as estratégias institucionais frente a esses desafios, bem como a maneira como as abordagens profissionais orientam as práticas pedagógicas voltadas à retenção estudantil.

Nesse sentido, a função das políticas de assistência estudantil, especialmente por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹ são pensadas com o intento de minimizar as desigualdades e fortalecer a permanência desses estudantes. A efetividade das políticas educacionais depende da integração com ações pedagógicas e sociais que considerem as diferentes realidades dos estudantes da educação profissional.

Essa abordagem reforça a ideia de que a modalidade profissionalizante não é apenas um espaço de aquisição de competências técnicas, entretanto se constitui como um ambiente educativo que deve responder às complexidades sociais, econômicas e institucionais enfrentadas pelos estudantes.

¹ O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em 2010, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 7.234. O programa tem como objetivo ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação pública federal, por meio de ações voltadas à assistência estudantil, como moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico.

Nesse cenário, ao considerarmos os desafios enfrentados pela educação profissional, emerge a seguinte questão orientadora da pesquisa: Quais são os principais fatores determinantes da evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia e como a literatura científica descreve estratégias eficazes para a permanência nesses contextos?

Na esteira dessa discussão, para respondermos ao questionamento levantado, elegemos como objetivo geral: analisar a partir de uma revisão bibliográfica o fenômeno da evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia. Como objetivos específicos, elencamos: identificar as causas históricas e socioeconômicas da evasão na formação técnica de nível médio brasileira; analisar os principais elementos que influenciam o abandono escolar especificamente nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia e discutir as políticas de assistência estudantil e práticas pedagógicas que favorecem a permanência e o êxito dos estudantes.

A relevância social deste estudo reside na necessidade de compreender os gargalos que impedem a democratização real do ensino técnico, visto que a evasão representa não apenas um desperdício de recursos públicos, mas a interrupção de projetos de vida. Cientificamente, a pesquisa contribui para o campo da Docência na EPT ao sistematizar dados específicos da rede estadual baiana, preenchendo uma lacuna na literatura que frequentemente foca apenas na rede federal.

A partir dos caminhos que foram trilhados no Curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, no Instituto Federal de Rondônia, nos possibilitou amadurecimento teórico, tornando-se possível refletir sobre a conjuntura educacional no percurso formativo profissional, bem como sobre as práticas pedagógicas, suscitando reflexões e contribuindo para a construção de um olhar mais sensível sobre o objeto de estudo.

Circunstancialmente, o artigo está dividido em cinco seções, a saber: na primeira, as considerações iniciais, a contextualização do problema, objetivos da pesquisa, justificativa, contribuição dos autores e documentos envolvidos. Na segunda, os caminhos metodológicos, apresentando os métodos, além de fontes e pesquisadores envolvidos no estudo.

Na terceira seção, intitulada “Evasão no Ensino Técnico da Bahia à luz dos dispositivos legais e contribuições científicas”, são abordados aspectos relacionados à evasão escolar no estado, à construção histórica e social do ensino técnico e

tecnológico e às práticas educativas de caráter emancipador.

Na quarta seção, discutem-se os limites teóricos e metodológicos nas pesquisas sobre evasão na educação profissional, bem como possibilidades de avanço a partir de abordagens mais contextualizadas. Na seção 5, apresentam-se as considerações finais do estudo, com breves reflexões sobre as práticas pedagógicas e o objeto de estudo.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e delineamento bibliográfico. Segundo Fachin (2006, p. 124), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de material já publicado, como livros e artigos científicos, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado tema. Esta escolha justifica-se pela necessidade de compreender as raízes históricas e os fatores multicausais da evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional da Bahia à luz da literatura especializada.

A investigação seguiu os preceitos de Severino (2007), para quem o trabalho científico exige um levantamento sistemático que transcenda a simples leitura, buscando a análise crítica e a síntese das informações coletadas. O percurso metodológico foi estruturado em quatro etapas distintas:

1. **Levantamento de Fontes:** A coleta de dados ocorreu entre 04/2025 e 03/2026, utilizando as bases de dados Google Acadêmico, o Repositório Institucional da UFBA e o Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizados os descritores: "Educação Profissional e Tecnológica", "Evasão Escolar", "Permanência e Êxito" e "Educação na Bahia".
2. **Crítérios de Seleção:** Foram incluídas obras publicadas entre 2002 e 2026, com foco em estudos de caso e análises teóricas sobre o ensino profissionalizante. Adotou-se como critério de exclusão textos que não apresentassem relação direta com o contexto da educação profissional pública ou que possuíssem natureza estritamente opinativa.
3. **Análise Documental:** Complementarmente, realizou-se a análise de documentos institucionais, como resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e relatórios da Secretaria da Educação da Bahia, visando confrontar a teoria com o ordenamento normativo vigente.

4. **Discussão e Resultado:** Os dados foram categorizados por eixos temáticos (fatores socioeconômicos, pedagógicos e institucionais), permitindo a interpretação dos resultados e a formulação das considerações finais.

3 A EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO NA BAHIA À LUZ DOS DISPOSITIVOS LEGAIS

No processo de consolidação do sistema educacional brasileiro, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, representou um marco na organização do ensino ao estabelecer a equivalência formal entre o propedêutico e a formação profissional. Contudo, embora a legislação tenha sinalizado a superação da histórica dualidade educativa, a separação persistiu na prática, legitimada pela estrutura curricular da época.

No que se refere ao ensino técnico tradicional, a continuidade dos estudos após essa etapa passou a assumir um direcionamento voltado para a profissionalização. Ao se candidatar no ensino superior, o estudante já realizava uma prévia escolha da área do seu interesse, decisão que muitas vezes se estendia às complementações extracurriculares, reforçando uma trajetória formativa para o mercado do trabalho.

A organização da Educação Profissional no Brasil passou por muitas mudanças ao longo do tempo. A partir da promulgação da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Embora a referida lei tenha estruturado o sistema educacional de forma mais ampla, as regulamentações que a sucederam, especialmente no final da década de 1990, evidenciaram uma orientação que separava a formação técnica do ensino médio regular. O Decreto de nº 2.208/1997, implementado naquele contexto, institucionalizou essa dissociação, reforçando uma concepção histórica marcada pela divisão entre formação geral e formação voltada ao trabalho.

Posteriormente, o Decreto nº 5.154/2004, revogou a normativa anterior e restabeleceu a possibilidade de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, permitindo a oferta de cursos integrados, concomitantes ou subsequentes. Essa mudança representou um avanço na tentativa de superar o dualismo estrutural, ao reconhecer que a formação técnica não deve ocorrer de maneira isolada da formação geral.

Após o Decreto mencionado acima, na sequência, a Lei nº 11.741/2008, promoveu alterações na própria LDB incorporando oficialmente a Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao campo da Educação Básica. Essa modificação consolidou juridicamente a perspectiva de integração curricular e ampliou as possibilidades de organização da oferta formativa.

A educação profissional técnica de nível médio foi incluída na LDBEN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei n.º 11.741 de 2008, que definia como forma de desenvolvimento:

- Articulada com o ensino médio;
- Subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Essa mesma lei colocava como forma de desenvolvimento para a educação profissional técnica de nível médio articulada;
- Integrada, disponível apenas para quem possua o ensino fundamental completo, o programa objetiva levar os alunos a uma qualificação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, com apenas uma matrícula por aluno;
- Concomitante, oferecida aos ingressantes ou já matriculados no ensino médio, cada curso tem uma matrícula diferente e pode ser ministrado na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis em diferentes instituições de ensino, adotadas por meio de acordos de complementaridade mútua, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (BRASIL, 2008, p. 1).

A permanência escolar está profundamente ligada às condições socioeconômicas dos estudantes e de suas famílias. A vulnerabilidade financeira também é um fator que contribui gradativamente para o afastamento e o abandono. Nesse cenário, o desafio das políticas educacionais consiste justamente em impedir que tais desigualdades sociais se convertam em desigualdades educacionais, delimitando a tênue fronteira entre a evasão e a permanência (UNICEF, 2021).

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu artigo 208, inciso V, assegura o “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Nessa mesma linha, Freitas e Peterossi (p. 01, 2013), dialogam sobre a necessidade da construção de uma identidade própria do ensino técnico e enfatizam a necessidade do reconhecimento das especificidades da educação profissional, destacando que ela se destina a um grupo específico com distintas realidades de vida, compreensões e características próprias.

De acordo Sales e Oliveira (2011), a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices esteve relacionada às transformações sociais e econômicas que marcaram o período da expansão urbana no Brasil, as quais eram instituídas por iniciativas do

governo Federal. Essas escolas surgiram em um contexto de crescimento das cidades e de intensificação das atividades industriais, o que demandava novas estratégias de organização social e formação de mão de obra.

A proposta dessas instituições atendia, principalmente, às camadas trabalhadoras, oferecendo oportunidades de qualificação voltada ao exercício dos ofícios. Deste modo, tratava-se de uma política que visava responder às necessidades emergentes da população, em especial, aqueles que enfrentavam sérias condições de vulnerabilidade social e econômica. Mais do que uma simples iniciativa educacional na época, a educação profissional assumia um papel fundamental que estava vinculado à preparação para o trabalho.

O Decreto nº 2.208/1997, que trouxe a regulamentação da educação profissional, era na verdade um tipo de reafirmação dos objetivos deste tipo de educação (ensino profissional), diante dos novos momentos de transformação social:

Art 1º A educação profissional tem por objetivos:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada [...].

Art 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio [...];

III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997, arts. 1-3).

Esse trecho demonstra que a educação profissional vai além da simples formação técnica, ao integrar escola e trabalho. Observa-se uma preocupação com a qualificação contínua dos sujeitos, considerando diferentes níveis de escolaridade e trajetórias. Além disso, reforça-se a importância de uma formação articulada às demandas sociais e produtivas. Ademais, a educação profissional se configura como elemento fundamental para a inserção e permanência no mundo do trabalho.

A Resolução CNE/CP n° 1/2021 define a educação profissional como:

Modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes. (BRASIL, 2021, p. 21).

A resolução mencionada acima dispõe sobre os princípios que trazem direcionamentos acerca do desenvolvimento e funcionamento do ensino profissional e tecnológico.

3.1 Evasão Escolar no Estado da Bahia

No cenário educacional brasileiro, a evasão escolar desponta como uma problemática persistente no cenário educacional brasileiro, revelando-se muito além de um simples desligamento do estudante da escola. Esse fenômeno expressa, de forma concreta, as desigualdades sociais históricas, as limitações das políticas educacionais e as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos em conciliar estudo e condições de vida.

Nessa condição, compreender a evasão implica reconhecer que o acesso à educação, por si só, não garante a permanência, sendo necessário considerar os múltiplos fatores que atravessam o percurso formativo e impactam diretamente a continuidade dos estudantes na escola.

Sob essa conjuntura, um forte desafio do sistema educacional brasileiro é a evasão escolar, fenômeno este que se encontra enraizado tanto na privação decorrente da desigualdade social quanto nas limitações do Estado em enfrentar essas questões. Um dos pilares da evasão reside nas disparidades sociais, que obrigam muitos jovens a ingressar precocemente no mercado de trabalho para complementar a renda familiar.

No panorama atual, a persistência de cortes orçamentários na educação, independentemente da administração vigente, fortalece uma cultura de desvalorização do ensino, refletida tanto nas condições estruturais das escolas quanto no aumento da evasão escolar. Oliveira (2021), ressalta que:

A evasão escolar é um fenômeno recorrente nos sistemas educacionais nacionais e pelo mundo a fora. Ela desafia professores, estudantes, gestores e famílias. No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP) classifica a evasão escolar como um indicador de fluxo e a define como sendo a proporção de alunos que, em dado ano, estavam matriculados em determinada série (etapa seriada do ensino fundamental ou médio) e, no ano seguinte, não realizaram a matrícula. Segundo o INEP, não se deve confundir a evasão escolar com o abandono escolar, que é um indicador de rendimento escolar. O abandono escolar acontece quando o aluno se afasta da escola durante o ano letivo. Tecnicidades à parte, a evasão é um importante objeto de pesquisa das ciências educacionais e, no Brasil, vem despertando o interesse de muitos pesquisadores. (OLIVEIRA; MAGRONE, 2021, p. 13).

Ao analisar as observações do autor, percebemos que, a evasão escolar não se limita a números ou estatísticas, mas reflete questões estruturais e sociais que afetam o percurso educativo dos estudantes. O referido autor destaca a importância de diferenciar fluxo escolar e abandono, permitindo compreender melhor os mecanismos que levam à desistência. Essa distinção evidencia que a evasão envolve múltiplos fatores, desde dificuldades individuais até limitações institucionais.

Nesse enquadramento, com o objetivo de combater os índices de evasão, o estado da Bahia organizou a campanha "Voltaê"², surgindo como uma iniciativa de motivar a comunidade escolar, principalmente no que tange à busca ativa pelos estudantes que abandonaram os estudos. Esta campanha lançada pelo governo da Bahia, envolve escolas, famílias e a sociedade civil na identificação e reintegração de jovens que, por inúmeros motivos, se afastaram do contexto educacional.

Corroborando essa discussão, Scremin (2008, p. 15) entende que “fazem-se necessários estudos e investimentos no sentido de identificar as causas e/ou motivos que levam os sujeitos em formação a evadir, assim como o desenvolvimento de pesquisas que visem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino para aqueles que permanecem”.

Nessa perspectiva, o autor demonstra que o enfrentamento da evasão escolar requer mais do que simples constatação do problema que envolve esse fenômeno, reforçando a necessidade de uma investigação sistemática e novos investimentos institucionais por parte do governo, compreendendo os fatores que contribuem para a interrupção dos estudos.

Em consonância com essa discussão, Lüscher (2011), afirma que ainda há grande limitação sobre o tema envolvendo a EPT, fazendo-se extremamente necessário ampliar as pesquisas que envolve o percurso formativo dos estudantes.

(UNICEF), o projeto utiliza mecanismos de monitoramento de matrículas, cruzamento de dados, sensibilização familiar e mobilização comunitária para estimular a rematrícula e a permanência dos estudantes nas unidades de ensino.

A afirmação acima, comprova a importância da ampliação das responsabilidades educacionais, enfatizando que as pesquisas voltadas para o tema não devem se limitar às causas da evasão. Todavia, devemos a cada dia buscar a aprimorar as práticas de ensino voltadas aos estudantes que permanecem nessa trajetória formativa, além de realização de ações que visem o enfrentamento do abandono e evasão escolar, especialmente nos Centros Estaduais de Educação da Bahia.

Como consequência, quando os estudantes interrompem seu percurso educacional nas escolas técnicas, esse fenômeno não se configura apenas como desistência de curso, mas como uma limitação concreta à sua inserção social, produtiva, econômica e educacional. Ele também provoca impactos diretos na dinâmica institucional das escolas de educação profissional, desestruturando o planejamento curricular e comprovando a necessidade de implementar ações que promovam a readequação de investimentos públicos.

Por conseguinte, Meira (2015), demonstra que a evasão na educação técnica não é um fenômeno isolado, mas um processo que repercute simultaneamente sobre os indivíduos e sobre as instituições do Estado. Ao analisar os desdobramentos da evasão o autor ressalta a importância de políticas integradas e de ações coordenadas, capazes de enfrentar os múltiplos fatores que contribuem para o abandono escolar.

À vista disso, essa perspectiva permite compreender que a evasão não afeta apenas o desempenho acadêmico ou a formação profissional dos estudantes, mas também compromete o planejamento institucional, a alocação de recursos e a efetividade das políticas públicas, reforçando a necessidade de estratégias estruturadas e contextualizadas antes de se avançar para a análise de outros autores sobre o tema.

Diante dessa compreensão, o processo da evasão escolar, implica reconhecer também a complexidade que envolve esse fenômeno, pois a escola é um território de disputas em que as ideologias dominantes ainda são preponderantes, contexto em naturalizam os sujeitos a compreenderem que não necessitam de culturalização ou de formação para o trabalho, como se os saberes e experiências que já possuem fossem o suficiente.

Acompanhando esse entendimento, nas linhas de Queiroz (2011), o fenômeno da evasão escolar também pode ser compreendido como uma das expressões mais evidentes das fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro. Não se

tratando de uma situação pontual ou restrita à determinadas regiões, mas de um fenômeno disseminado em todo o país, que atinge diferentes níveis e modalidades de ensino.

Por essa razão, o tema tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas e nas agendas das políticas públicas, sendo constantemente analisado sob diferentes perspectivas teóricas, muito embora as ações não tenham conseguido englobar todos os contextos e minimizar essa realidade.

Em contrapartida, a evasão deve ser entendida como um fenômeno multifacetado, construído a partir de diferentes dimensões, fazendo-se necessário realizar uma abordagem ampla e capaz de considerar simultaneamente variáveis pessoais, sociais, pedagógicas e institucionais, reconhecendo a complexidade e evitando explicações simples. Com base nessa reflexão a evasão pode ser compreendida:

Referência pelo ensino médio regular; falta de vocação ou gosto pela área; falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso. Também são apontados fatores referentes ao processo de ensino aprendizagem: dificuldade nas disciplinas e reprovação. Outros fatores estão relacionados ao contexto individual ou familiar dos alunos: dificuldades financeiras e familiares; afastamento da família; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas. Também são destacados fatores ligados a trabalho: ingresso no mercado de trabalho e incompatibilidade do horário de trabalho e estudo. Estes últimos fatores podem estar relacionados à situação socioeconômica individual ou familiar, que exige, muitas vezes, a entrada precoce dos jovens no mundo do trabalho. Quanto aos fatores relacionados ao contexto institucional das escolas, encontram-se: a baixa qualidade do ensino fundamental, o distanciamento cultural entre escola e vida bem como a inadequação dos programas de estágio. Os fatores referentes ao contexto escolar quase não são citados nos estudos, preponderando os fatores pessoais, familiares e socioeconômicos. (SALES; CASTRO; DORE, 2013, p. 58).

O pensamento dos autores Sales, Castro e Dore (2013), demonstra que a evasão escolar não é fruto de um único elemento isolado, mas sim de um conjunto de influências interligadas que moldam a trajetória dos estudantes. Questões pessoais, como interesse pelo curso, motivação e vocação, aparecem lado a lado com condições familiares e econômicas, demonstrando que o abandono escolar está fortemente relacionado às circunstâncias de vida fora da escola.

Na análise apresentada por Ferreira (2011), as causas da evasão escolar podem ser organizadas em quatro eixos, que ajudam a compreender o problema

envolvendo o fenômeno: o primeiro eixo diz respeito às *dificuldades* que o estudante enfrenta em conciliar os estudos e o trabalho, os horários poucos flexíveis, situações de violência e vulnerabilidade.

Outro fator de grande relevância apontado pelo autor refere-se à participação familiar. Quando a *família* não acompanha a vida escolar dos filhos ou não demonstra interesse pelo processo educativo, gera desmotivação e enfraquece o vínculo do estudante com a escola. A ausência de apoio familiar, sob essa ótica, contribui para o distanciamento progressivo das atividades acadêmicas.

A escola aparece como um espaço decisivo tanto para a permanência quanto para a evasão. Quando a instituição deixa de ser atrativa, adota práticas excessivamente autoritárias ou não conta com professores devidamente preparados, pode contribuir para o afastamento dos estudantes. Assim, ao discutir evasão escolar, torna-se indispensável refletir sobre a formação docente, as metodologias utilizadas e a qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar, especialmente no contexto do ensino profissionalizante.

A evasão escolar segue como uma problemática persistente no contexto educacional brasileiro, especialmente no ensino médio e na educação profissional, revelando tensões que ultrapassam o espaço escolar. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), a partir do Censo Escolar, indicam que abandono e reprovação ainda comprometem de forma significativa a trajetória dos estudantes.

Em diálogo com esses achados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), comprova que a saída precoce da escola está fortemente associada a condições socioeconômicas desiguais, à inserção antecipada no trabalho e às dificuldades no processo de aprendizagem. Nesse cenário, compreender a evasão exige um olhar ampliado, capaz de articular dados estatísticos às realidades concretas vivenciadas pelos sujeitos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), revelam que um número significativo de jovens entre 14 e 29 anos não concluiu a educação básica, confirmando trajetórias escolares marcadas por descontinuidades. Entre os motivos mais recorrentes, sobressaem a necessidade de ingresso antecipado no mundo do trabalho e o progressivo afastamento em relação à escola. Esse cenário é atravessado, ainda, por condicionantes estruturais, como a distorção

idade-série, entaves no processo de aprendizagem e fragilidades no acompanhamento pedagógico, que intensificam o risco de evasão.

Portanto, refletir sobre a evasão no ensino técnico exige, antes de tudo, compreender o caminho histórico percorrido pela modalidade técnica no Brasil e especialmente na Bahia, levando em consideração os desafios atuais dessa modalidade, considerando suas origens, suas finalidades e os fundamentos estruturantes de sua consolidação ao longo dos anos.

3.2 Educação Profissional e Prática Educativa Emancipadora

Ao refletir sobre a formação no campo educacional, torna-se possível reconhecer que a preparação para a vida profissional exige mais do que a simples aquisição de competências técnicas. Desse modo, as contribuições de Paulo Freire (1996), podem ser mobilizadas para ampliar a compreensão sobre a formação dos sujeitos, mesmo que suas obras não tratem especificamente do ensino técnico e tecnológico nos formatos institucionais contemporâneos.

Ao longo de sua produção teórica, Freire (1996), desenvolve uma perspectiva que valoriza a educação como um processo de construção de consciência, autoconceito e responsabilidade social, entendido como parte essencial da prática pedagógica. Essa abordagem permite interpretar que a formação profissional, em seus diferentes aspectos, deve estar articulada a princípios éticos e humanos que ultrapassam a dimensão instrumental do ensino.

Para Freire (1996), o ato de educar envolve uma postura comprometida com o reconhecimento das experiências dos educandos, de maneira que o educador seja capaz de estabelecer relações de respeito, diálogo e reciprocidade no ambiente escolar. Ao deslocar a ênfase da mera transmissão de conteúdo para a construção conjunta de saberes, sua obra oferece subsídios teóricos que permitem compreender a profissionalização como um processo educativo que integra conhecimento técnico, compreensão crítica e inserção social.

Logo, embora Freire (1996), não tenha discutido diretamente a formação no contexto do ensino técnico, suas reflexões possibilitam a interpretação de que a qualificação para o trabalho deve ser pensada como parte de um projeto educacional que fortalece a autonomia dos sujeitos e os preparam para participarem criticamente da sociedade.

Assim, os princípios freireanos de diálogo, contextualização do conhecimento e compromisso ético podem ser considerados base conceitual para iniciativas pedagógicas que busquem integrar formação técnica e desenvolvimento humano, garantindo que a educação profissional não se limite à preparação técnica isolada, mas também promova a construção de capacidades reflexivas, críticas e sociais.

Desse modo, Freire expõe:

Ensinar e, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto me é fundamental respeitá-los e respeitar-me são tarefas que jamais dicotomizei. Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos [...]. (Freire, 1996, p. 130).

Isso implica compreender que o processo de ensino envolve a construção de uma relação baseada no respeito recíproco entre o educador e o estudante, reconhecendo não ser adequado dissociar a construção do conhecimento da formação ética do discente, tampouco adotar práticas que afastem o ato de aprender e o próprio processo de ensinar.

Á luz dessa análise, a produção intelectual de Paulo Freire, permanece relevante nos debates sobre ensino e formação humana, oferecendo na contemporaneidade reflexões críticas e consistentes sobre a prática pedagógica e profissional. Sob esse prisma, seus pensamentos permanecem como importante base para iniciativas que promovam assim, no âmbito da qualificação profissional, bem como compreender a docência e reconhecer que o trabalho do professor não se limita apenas a transmitir conhecimentos técnicos, mas envolve uma dimensão ética e política que se manifesta nas relações construídas no cotidiano.

4 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS NA ANÁLISE DA EVASÃO EPT: perspectivas de pesquisadores/as da Bahia

A análise da evasão na EPT exige uma abordagem ampla e criteriosa, considerando que esse fenômeno não pode ser compreendido a partir de uma única ótica. Sob a perspectiva das leituras de Freire (1996), compreendemos que se deve ter maturidade para olhá-lo a partir do "cerco epistemológico", momento em que o pesquisador se aproxima do objeto de estudo e o compreende a partir de várias dimensões, abarcando sua totalidade, seus pormenores, as influências e as causas que provocam esse fenômeno.

Sendo assim, entre as principais limitações nas pesquisas envolvendo a temática envolvendo evasão escolar, principalmente nos Centros Estaduais da Bahia, destacamos as dificuldades de acesso de dados sistematizados, a que permitem a realização de comparações consistentes entre as instituições de ensino. (Freire, (1996).

Ao analisar o cenário educacional da Bahia, percebemos que diferentes pesquisadores locais oferecem grandiosas contribuições a fim de que os desafios relacionados à evasão escolar, especialmente no ensino tecnológico, sejam superados.

Diante disso, Roberto Sidnei Macedo (2016), compreender a educação requer atenção à diversidade de contextos socioculturais em que os discentes estão inseridos. Ele ressalta que o ensino não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve o estabelecimento das relações pedagógicas que dialoguem com as vivências dos estudantes. Essa perspectiva permite interpretar a evasão como o resultado da interação entre múltiplos fatores, dentre eles às condições de vida e participação escolar com o processo educativo.

Nessa direção, o autor ressalta a importância de compreender os processos educativos a partir da complexidade dos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos. Para o autor, a educação precisa ser analisada considerando as múltiplas experiências e condições que influenciam a formação dos indivíduos, uma vez que a escola não se constitui como um espaço neutro, mas como um ambiente atravessado por diferentes realidades sociais.

Para Naomar de Almeida Filho (2013), o campo das políticas educacionais, aumento do acesso à educação não garante a permanência ou a democratização efetiva do ensino. Para ele, é essencial que políticas públicas e estratégias institucionais enfrentem desigualdades sociais e criem condições que favoreçam a continuidade dos estudos. Assim, a evasão escolar é compreendida como consequência de fatores sociais, econômicos e institucionais que exigem intervenções articuladas para promover a permanência dos estudantes nas instituições educacionais.

À luz dessa discussão, o autor Naomar de Almeida Filho (2007), apresenta muitas contribuições importantes para esse debate. Ao discutir sobre os desafios enfrentados pela educação pública brasileira diante das desigualdades sociais que caracterizam o país, o autor acredita que ampliar o acesso à educação não é suficiente

para garantir a democratização do ensino, sendo necessário também desenvolver políticas institucionais capazes de assegurar a permanência e o êxito dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar.

Sob essa ótica, a evasão escolar na formação técnica de nível médio apresenta-se como um fenômeno complexo, que não pode ser explicado por um único fator isolado. No contexto baiano, pesquisas apontam que essa problemática envolve múltiplas dimensões, incluindo fatores socioeconômicos, familiares, institucionais e pedagógicos, tornando necessário um olhar aprofundado e contextualizado sobre a realidade local. A produção acadêmica desenvolvida por pesquisadores baianos contribui significativamente para compreender essas múltiplas causas, destacando a importância de analisar o fenômeno considerando as especificidades regionais e as condições concretas de vida dos estudantes.

Outrossim, outro ponto apontado pelos pesquisadores é a necessidade de considerar fatores culturais e históricos que influenciam a educação no estado da Bahia, como as desigualdades sociais e econômicas, que afetam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino profissionalizante.

Nesse quadro, os autores destacam que a educação profissional deve ser compreendida como parte de um processo formativo que articula conhecimento técnico e experiência social, enfatizando que a prática pedagógica precisa dialogar com as realidades dos estudantes.

De acordo com o autor mencionado acima, a evasão escolar é influenciada não apenas por dificuldades acadêmicas, mas também pela forma como os currículos e metodologias dialogam com a vida cotidiana dos alunos, reforçando a importância de políticas e estratégias educacionais sensíveis aos contextos locais.

Corroborando com essa análise, o pesquisador Naomar de Almeida Filho (2013), complementa essa perspectiva ao enfatizar que garantir acesso à educação não é suficiente para assegurar permanência e sucesso escolar. Para o autor, o fenômeno da evasão escolar na formação profissional, trata-se de um resultado da interseção entre desigualdades sociais, barreiras institucionais e falta de condições estruturais adequadas para o aprendizado. Nesse caso, as análises do autor indicam que programas de acompanhamento individualizado, políticas de inclusão e ações voltadas à redução das desigualdades são essenciais para enfrentar o abandono escolar no estado da Bahia.

Sob esse prisma, Nelson De Luca Pretto (2017), compreende que a evasão escolar também se relaciona com a forma como os sujeitos em formação percebem o sentido da aprendizagem. Para o referido autor, a escola precisa oferecer práticas que valorizem a participação dos estudantes, incentivem o diálogo e promovam experiências significativas, de modo que o abandono seja reduzido e a permanência fortalecida.

No âmbito dessa discussão, as contribuições de Nelson de Luca Pretto (2012), auxiliam significativamente na compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pelas instituições educacionais. O autor destaca que a escola precisa dialogar com as transformações sociais e tecnológicas presentes na sociedade atual, reconhecendo que os processos formativos devem considerar as experiências, expectativas e vivências dos estudantes. Portanto, fortalecer o vínculo entre escola e realidade social torna-se um elemento fundamental para promover práticas educativas mais significativas e capazes de contribuir para a permanência dos jovens no processo de escolarização.

Assim, ao analisar essas contribuições, percebemos que a produção acadêmica baiana oferece subsídios importantes para compreender a evasão na EPT sob múltiplos aspectos. Esses estudos apontam que a evasão é resultado de uma combinação de fatores individuais, sociais e institucionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem o contexto regional e promovam a integração entre escola, família e comunidade. Além disso, as análises demonstram que práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis às experiências dos estudantes são determinantes para reduzir o abandono escolar.

Sob esse ponto de vista, as reflexões de Paulo Freire também podem ser mobilizadas nessa situação. Embora suas obras não abordem diretamente a formação profissional nos moldes atuais, suas ideias sobre educação e formação humana permitem compreender que a prática docente deve articular conhecimento técnico, valores éticos e desenvolvimento crítico dos sujeitos. Freire (1996) ressalta que a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve diálogo, respeito às experiências dos educandos e construção conjunta de saberes.

A partir dessa perspectiva, a profissionalização, inclusive a formação de professores, deve integrar a dimensão técnica à ética e à reflexão crítica, favorecendo uma educação mais completa e inclusiva.

Nesse contexto, torna-se relevante observar como pesquisadores vinculados às instituições acadêmicas do estado da Bahia têm analisado os desafios relacionados à permanência e à evasão na educação profissional. Ao considerar as especificidades sociais, culturais e educacionais presentes no contexto baiano, esses estudos contribuem para ampliar a compreensão do fenômeno, demonstrando que a evasão não pode ser explicada por uma única variável, mas por um conjunto de fatores que atravessam as trajetórias formativas dos estudantes.

A partir dessas contribuições, percebemos que a análise da evasão na educação profissional requer uma abordagem que considere simultaneamente fatores sociais, institucionais e pedagógicos. No contexto baiano, essa discussão ganha ainda mais relevância, uma vez que muitos estudantes enfrentam desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas, às dificuldades de acesso a oportunidades educacionais e à necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho.

Diante do exposto, ao combinar as contribuições de autores baianos e a perspectiva freireana, torna-se possível compreender a evasão na modalidade profissionalizante como um fenômeno multifacetado, que exige abordagens pedagógicas, institucionais e sociais articuladas. As limitações nas pesquisas apontadas — como a falta de dados sistematizados e acompanhamento longitudinal — indicam caminhos para novas investigações, enquanto as perspectivas revelam que políticas públicas e práticas educativas contextualizadas podem reduzir significativamente a evasão, promovendo a permanência e fortalecendo a formação profissional dos estudantes no estado da Bahia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada permitiu articular uma análise crítica sobre a evasão escolar nos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEPs) da Bahia, confirmando que o fenômeno transcende a dimensão pedagógica. Ademais, os achados indicam que o abandono escolar é impulsionado por uma convergência de fatores socioeconômicos e institucionais, nos quais a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho frequentemente se choca com a rigidez das estruturas curriculares da Educação Profissional e Tecnológica.

Portanto, o estudo ressalta que a compreensão da evasão como um fenômeno multifacetado, é o primeiro passo para a proposição de intervenções eficazes. Além

disso, os realces bibliográficos sugerem que a assistência estudantil desempenhe um papel de sustentação fundamental.

Embora, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), possua diretrizes voltadas majoritariamente à rede federal, sua lógica de apoio integral serve como um paradigma necessário para a estruturação de políticas de permanência mais robustas na rede estadual baiana, que lida com públicos de vulnerabilidade similar.

A principal contribuição desta pesquisa para o campo da Docência na EPT reside na sistematização das barreiras de permanência específicas do contexto regional. E, para gestores e instituições, o estudo oferece o encaminhamento de que a redução da evasão não depende apenas de reforço escolar, mas da flexibilização de horários e da ampliação de auxílios financeiros que permitam ao aluno-trabalhador concluir sua trajetória formativa.

Em síntese, como limitação, ressalta-se que este estudo, por sua natureza estritamente bibliográfica e documental, não captou as percepções subjetivas dos sujeitos envolvidos por meio de coletas diretas. Contudo, indicam-se como possibilidades para investigações futuras a realização de pesquisas empíricas de campo e análises comparativas entre diferentes centros territoriais de educação profissional, a fim de mensurar o impacto regionalizado das políticas de retenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade nova e educação superior no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2007. 256 p.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Campanha Voltaê mobiliza comunidade escolar em torno da busca ativa por alunos**. Salvador: SEC, 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/educacao/noticias/2025-04/1834/campanha-voltae-mobiliza-comunidade-escolar-em-torno-da-busca-ativa-por>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 06 jan. 2021. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Casa Civil, [1909]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 03 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/notas_estatisticas/2023/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/Setec, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. 214 p.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Ensino médio no Brasil: **os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 507-525, set./dez. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3827>. Acesso em: 08 fev. 2026.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. v. 1. 271 p.

FREIRE, Paulo. **Quem é Paulo Freire no atual contexto brasileiro?** 1989a. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/2489>. Acesso em: 18 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Une Pédagogie de la liberté. Preuves**, Paris, 14, p.47-55, 2e tri. 1973. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4660>. Acesso em: 12 nov. 2026.

FREIRE, Paulo; TEÓFILO, José Ivan. Educação libertadora: **entrevista feita com Paulo Freire por Ivan Teófilo**. Revista de Educação AEC. Suplemento Educação. [S.l.], p. 2-11, jan./mar. 1988. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/4a85d5d3-531c-4c2c-a93b-72545effd6b4/content>. Acesso em: 12 de nov. 2025.

FREITAS, Maria do Carmo; PETEROSI, Helena Gemignani. A educação profissional técnica de nível médio e a formação de professores: a atuação do Centro Paula Souza nos programas de formação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 6, p. 54-71, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 232 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo e formação: sentidos e perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2016. 172 p.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercristica**. Salvador: EDUFBA, 2013.

MEC. Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica. (2018). Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>. Acesso em: 06 fev. 2026.

MEIRA, Cristiane Azevedo. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9068_Disserta%E7%E3o%20Final%20%20Cristiane%20Meia.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

OLIVEIRA, José Adelmo Menezes de; MAGRONE, Eduardo. Evasão escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1,

n. 26, p. 11-32, 2021. DOI: 10.29148/labor.v1i26.72014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72014>. Acesso em: 17 jan. 2026.

PETEROSSI, Helena Gemignani. **Subsídios ao estudo da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: CEETEPS, 2016. 89 p. (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, n. 1). Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2019/12/colecao-fundamentos-e-praticas-1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PRETTO, Nelson De Luca. **Educação, cultura digital e redes: desafios contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2017. 165 p.

PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 8. ed. rev. e atual. Salvador: EDUFBA, 2012. 182 p.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2002. p. 1-15.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. *In*: PETEROSSI, Helena Gemignani (org.). **Cultura, saberes e práticas: memórias e histórias da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 147-160. Disponível em: http://www.memorias.cpscetec.com.br/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf. Acesso em: 07 mar. 2026.

SANTOS, Gilmar dos Santos; MARCHESAN, Maria Tereza de Noble. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: trajetórias e desafios. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 357-374, jan./abr. 2017.

SCREMIN, Selina Maria Biotto. **Evasão-permanência em uma instituição total de ensino técnico: múltiplos olhares**. 2008. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação**. São Paulo: UNICEF/CENPEC, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em: 05 mar. 2026